

Brigas entre grupos e desorganização param Constituinte

Brasília — Apesar de já ter todos os cargos de comissões e subcomissões preenchidos, a Assembléia Nacional Constituinte continua sob o risco de ter seu funcionamento protelado, em função da ausência de um método de trabalho e da existência de bolsões de descontentamento em setores do PMDB e do PDS.

A maior parte das comissões esteve reunida ontem, mas não definiu qualquer sistema de trabalho. Ao mesmo tempo o apoio de alguns parlamentares do PMDB — ameaçou romper o acordo de liderança para o preenchimento dos cargos das comissões e subcomissões. O mesmo grupo poderia dar sustentação a uma proposta do deputado Bocifácio de Andrade (PDS-MG) de convocação imediata do Congresso para votar matérias econômicas, como o decreto que instituiu o Cruzado II, quando o governo deverá enfrentar dificuldades.

"Isto aqui é uma desorganização geral, uma farsa", protestava pelos corredores da Câmara o deputado Leopoldo Bessone (PMDB-MG), constatando que após mais de dois meses de instalação da Constituinte, "ainda não consegui trabalhar e nem mesmo estou designado para uma subcomissão". Bessone se identifica como um dos dois deputados — o outro é o deputado paulista João Cunha — ainda rebelados contra a composição das comissões, armadas pela liderança do PMDB. "Eu pedi para atuar na subcomissão do Poder Executivo, e me tiraram de lá porque sou a favor do mandato presidencial de seis anos, que não é de interesse da liderança do partido" afirmou.

Confusão

Bessone se recusa a atuar nas outras duas subcomissões da Organização dos Poderes e assim acrescenta mais um elemento à confusão que terá de ser resolvida a partir de hoje pela liderança do PMDB.

Há problema também com a chapa eleita para dirigir os trabalhos da Subcomissão de Tributos (Comissão do Sistema Tributário). Seu presidente, Benito Gama (PFL-BA), e relator, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), derrotaram na terça-feira a chapa do líder Mário Covas — Carlos Virgílio (PDS-CE) e Irajá Rodrigues (PMDB-CE) — e agora estão sendo contestados pelo líder do PDS, Amaral Neto. Ele ameaça romper o acordo em todos os níveis, contando inclusive com o apoio dos descontentes do PMDB.

"Se até a Semana Santa essa situação não for corrigida e a chapa original empossada, o PDS romperá o acordo, e seus presidentes de comissão e subcomissão — senador Jarbas Passarinho (Comissão de Organização Eleitoral) e Delfin Neto (Subcomissão de Princípios Gerais da Ordem Econômica) — afastarão os relatores escolhidos pelo acordo", diz Amaral Neto.

Estariam assim na berlinda os deputados Prisco Viana (BA), relator da Organização Eleitoral, e Vigilásio de Sena (BA), relator de Subcomissão de Princípios Gerais, da Ordem Econômica.

"É por aí que as coisas voltarão ao seu lugar", diz o relator da chapa derrotada, deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), ao tomar conhecimento da ameaça do líder do PDS. Rodrigues acredita que a solução virá, depressa, já que o funcionamento da Comissão de Sistematização — a mais importante — depende da complementação do corpo de presidentes e relatores, que a integram.

No início da tarde, com a abertura da sessão plenária, os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Amaral Neto foram à tribuna para colocar a perspectiva de mais um impasse nos trabalhos. Andrada denunciou a omissão do Congresso Nacional, "que há oito meses não se reúne para apreciar decreto-lei". Amaral Neto, por sua vez, anunciou que o partido vai obstruir os trabalhos da Câmara "de forma a impedir que seja votada a licença para o presidente Sarney viajar à Ásia e à África, antes que o Congresso vote os decretos que instituíram o depósito compulsório e o Plano Cruzado II".

OAB do Rio protesta contra realização de sessões secretas

Por entender que o artigo 35 do projeto do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte, que prevê a realização de sessões secretas, "agrave a consciência democrática do povo brasileiro", o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Rio, Carlos Maurício Martins Rodrigues, enviou telex de protesto aos três senadores e a todos os deputados federais eleitos pelo Estado do Rio de Janeiro.

Carlos Maurício convocou senadores e deputados a se manifestarem contra o artigo, que estabelece que as questões de qualquer natureza, discutidas durante as "sessões secretas", não poderão ser levadas ao conhecimento da opinião pública, nem mesmo depois de aprovadas.

O presidente da OAB/RJ denunciou o caráter autoritário do artigo, afirmando que ele exclui o povo de participar, acompanhar e tomar conhecimento da discussão sobre a elaboração da Carta Magna.



Bernardo Cabral (E) e Pimenta da Veiga cumprimentaram-se após o resultado

Bernardo Cabral derrota Pimenta e Cardoso e vai redigir texto final

Brasília — O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) será o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte. Ele derrotou o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) por 111 votos contra 90, em eleição na bancada do PMDB, e será portanto o redator do texto final da nova Constituição. Cabral era o candidato do líder de seu partido na Constituinte, senador Mário Covas, e o principal articulador de sua eleição foi o senador José Richa (PR). Pimenta era o candidato do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães. A comissão confirmou o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) como presidente.

O terceiro candidato do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), não passou do primeiro turno de votação.

Teve 81 votos, enquanto Cabral e Pimenta ficaram empatados com 86 votos. Como as regras da escolha determinavam que só haveria vencedor no primeiro escrutínio se um dos candidatos obtivesse a maioria absoluta dos votos (metade mais um), procedeu-se a nova eleição.

No segundo turno, votaram 201 dos 253 votantes da rodada inicial. Apurado o resultado, Cabral ampliou sua votação com mais 25 votos e Pimenta conquistou apenas mais seis votos. Ao final da votação, Covas indicou o nome de Pimenta para 1º-vice-presidente da Comissão de Sistematização.

Com a instalação da Comissão de Sistematização, logo em seguida à eleição do relator, completou-se o quadro da

divisão de cargos na Constituinte, que só começa a trabalhar, de fato, a partir de segunda-feira. São membros da Sistematização, além dos 49 nomes indicados pelos partidos, todos os relatores e presidentes das outras oito comissões temáticas e os relatores das 24 subcomissões. Ela será responsável pela reunião do trabalho executado em todas as demais, na forma de um projeto com o texto final da nova Constituição.

Minas, que tem a maior bancada do PMDB (35 constituintes), acabou ficando sem nenhum cargo de relator nas grandes comissões. O deputado Milton Reis, peemedebista mineiro mas adversário de Pimenta, conseguiu no mínimo dez votos para Cabral.

Facção Covas-Richa cresce no PMDB

Brasília — A escolha do deputado Bernardo Cabral para relator da Comissão de Sistematização é a terceira vitória consecutiva do grupo que os senadores Mário Covas e José Richa lideram no PMDB. A escalada começou no dia 20 de março, quando Covas elegeu-se para a liderança do partido na Constituinte, derrotando o candidato de Ulysses Guimarães, deputado Luís Henrique, e prosseguiu com a exclusão dos moderados do partido, liderados pelo deputado Carlos Santana na indicação dos relatores das comissões e subcomissões.

A vitória de ontem, contudo, não significa que o grupo tornou-se hegemônico no comando do partido. Ulysses

retraiu-se e não fez campanha aberta por Pimenta. Cabral foi, na verdade, apenas um instrumento do grupo, pois difere de seus participantes em dois aspectos: é ligado ao ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e ao presidente José Sarney, enquanto os seguidores de Richa e Covas têm se caracterizado pela independência em relação ao governo.

A esses dois fatores, juntou-se um outro: na avaliação geral do processo de votação, o primeiro escrutínio não foi favorável ao grupo de Covas e Richa, pois a soma dos votos de Pimenta (86) e de Fernando Henrique (81) foi quase o dobro da votação de Cabral (86). Antes

do segundo turno, Covas temia pela sorte de seu candidato, admitindo que a votação de Fernando Henrique poderia ser despejada em favor de Pimenta.

Confirmada a vitória de Cabral, Pimenta admitiu que o esquema temido por Covas falhara, pois enquanto seus eleitores e os de Fernando Henrique se dispersaram, Richa agiu como um verdadeiro cabo eleitoral de boca de urna, garantindo mais 25 votos para Cabral, enquanto Pimenta só obteve mais quatro votos.

Após sua escolha, Cabral disse que é favorável ao mandato de seis anos para o presidente Sarney e comentou: "A Constituinte pode tudo, mas algumas coisas não deve. E isso (o mandato) não deve".

Vitorioso faz apologia do equilíbrio

Ao discursar diante da bancada do PMDB, como candidato a relator da poderosa Comissão de Sistematização da Constituinte, o deputado Bernardo Cabral (AM), que havia ouvido antes o senador Fernando Henrique Cardoso enunciar um extenso currículo acadêmico e político, avisou logo que não ia falar de seus títulos. "O único pergaminho que interessa é aquele dado pela escola da vida", disse.

Cabral, amazonense, 54 anos, ao deixar a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, que exerceu de 81 a 83, traçou o perfil ideal para os ocupantes do cargo — um perfil de "centro-esquerda", que procura seguir: "ativo sem ser arrogante, corajoso mas sem bravata, prudente sem ser omissivo e sobretudo com muito equilíbrio".

José Bernardo Cabral elegeu-se deputado federal pelo Amazonas nas últimas eleições, como o mais votado no estado e o terceiro mais votado proporcionalmente no país. Seus adversários

atribuem o estrondoso sucesso nas urnas menos a seu prestígio pessoal do que ao empenho do poderoso governador Gilberto Mestrinho, que colocou a máquina do estado a seu serviço. Cabral tinha até gabinete no palácio, onde seu filho atendia filas de eleitores que pediam desde dentaduras até casas. A ligação de Cabral com Mestrinho é antiga. Há 20 anos ele é advogado das empresas do ex-governador.

O relator da Comissão de Sistematização começou sua carreira política como chefe de polícia, em 1957. Um ano depois foi nomeado secretário de estado e, pouco depois, assumiu a chefia da Casa Civil. Em 62 elegeu-se deputado estadual pelo PTB, sendo o mais votado no estado. Em 1966, já pelo MDB, chegou à Câmara dos Deputados, onde foi vice-líder de Covas até ser cassado em 1969, após o AI-5. Passou dez anos sem direitos políticos; nesse período foi eleito presidente da OAB, depois de passar pela secretaria geral da entidade, derrotando o atual

procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence.

Como presidente da OAB, Cabral se projetou nacionalmente. Logo em 81, ele pediu a convocação de uma Assembléia Constituinte e defendeu o parlamentarismo. "E a única saída para assegurar ao país um futuro sem acessos de golpes de estado periódicos, repetitivos e até previsíveis". Quando deixou a presidência da OAB, sintetizou sua contribuição pessoal ao processo de aperfeiçoamento democrático e federativo da entidade com a frase "acabou-se o baronato".

Chegou a ser cotado para o ministério de Tancredo Neves na pasta de Assuntos Fundiários, indicado pelo então governador de Amazonas Gilberto Mestrinho (PMDB). Não foi ministro, mas a grande votação do ano passado animou-o a se lançar candidato à presidência da Constituinte, "em nome do Amazonas". Abriu mão em favor de Ulysses Guimarães.